

Primeiro ano do segundo mandato

Nota negativa à governação de Nyusi

O Presidente da República, Filipe Nyusi, completou um ano de governação no seu segundo mandato (2020-2025). Nyusi tomou posse com o desafio de eliminar a instabilidade político-militar no Centro, enquanto isso a guerra em Cabo Delgado atingia proporções alarmantes. Mas não foi somente a guerra com armas mortíferas que tornou a governação de Nyusi negativa, a Covid-19 veio também colocar a nu todas as fragilidades do Sistema Nacional de Saúde.

Segundo o director do Centro de Integridade Pública (CIP), Edson Cortez, o uso de mercenários no Teatro Operacional Norte (TON) foi uma estratégia perversa porque sustenta a lógica de sobrevivência dos mercenários, que é garantir que haja guerra para poder facturar, acrescentando que os recursos que estão a ser despendidos poderiam ser usados para equipar o Exército. Por seu turno, a política Quitéria Guirengane afirma que as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) foram ofuscadas pela Polícia da República de Moçambique (PRM) no TON, enquanto a Constituição da República de Moçambique e a Política de Defesa e Segurança prevêm que a componente militar da Defesa Nacional deve estar sob competência das FADM. O coordenador de programas do Instituto para Democracia Multipartidária, Dércio Alfazema, defende que os ataques terroristas se agravaram em 2020 e era preciso encontrar respostas mais rápidas. O recurso a mercenários e empresas privadas tinham em vista reforçar a capacidade logística e evitar o avanço dos terroristas para outros distritos. Neste momento em que estamos claros em termos do tipo de problema e tipo de apoio que precisamos, o Governo está a manter contactos com diferentes países e organismos multilaterais para buscar apoios para responder aos ataques.

Guerra no Centro do País

O director do CIP caracteriza o conflito no Centro como sendo irritante, porque não se consegue ter uma paz efectiva desde os tempos do saudoso presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, não se sabendo porquê nunca há um entendimento definitivo. As partes teimam ciclicamente em não encontrar consensos para a paz. Quitéria Guirengane considera os ataques na região Centro como um acordo de paz sem paz, devido aos anúncios de trégua incessantes, mas todos eles violados por ambas as partes. A título de exemplo, as tréguas anunciadas pelo Presidente da República, e mais recentemente por Mariano Nhongo. “Digamos que são atitudes de dois actores que apenas propalam a paz nos discursos”, disse. Por outro lado, o coordenador de programas do IMD, Dércio Alfazema, disse que o Presidente da República foi o primeiro a declarar trégua para a Junta Militar, de modo a juntar-se ao processo de DDR em curso, mas esta não levou a sério, considerando que é preciso que os implicados sejam levados às instituições de justiça para a devida responsabilização.

Covid-19

Edson Cortez diz que o Governo de Filipe Nyusi esteve muito mal na implementação das medidas de prevenção da Co-vid-19, principalmente no fim de ano. “Quando todo mundo

mostrou preocupação e criou mecanismos para controlar a mobilidade das pessoas, principalmente as euforias inerentes àquela época festiva, Moçambique relaxou as medidas”, disse. Acrescentou que certamente o Governo de Moçambique deve ter pensado que a pandemia terminava com o ano 2020, por isso devemos arcar com as consequências. Por outro lado, Guirengane disse que apesar de o País ter conseguido atrasar o pico de casos de Covid-19, evitando o colapso do Sistema Nacional de Saúde, concedendo o tempo que o Governo solicitou para reforçar a capacidade de resposta, a economia registou grandes retrocessos com a suspensão de actividades de mais de 314 empresas, a paralisação das aulas, o aumento das taxas de desemprego, o funcionamento condicionado de várias entidades públicas e falência de uma série de empreendimentos. Por seu turno, Dércio Alfazema afirma que Filipe Nyusi teve uma intervenção acertada, sobretudo pelo facto de reconhecer as limitações do País e pela adopção de medidas restritivas. As medidas restritivas sempre dividiram as opiniões, mas em Moçambique os resultados das medidas foram bastante satisfatórios. As equipas de fiscalização estiveram atentas a propostas e recomendações da Sociedade Civil, o que contribuiu para os resultados alcançados.

Direitos Humanos e Democracia

“Eu acho que na questão dos Direitos Humanos, Moçambique está mal. Os índices internacionais de democracia falam por si”, afirma Edson Cortez, lembrando que o julgamento dos assassinos de Anastácio Matavele se materializou porque eles tiveram aquele acidente e foram capturados. Aliás, se não tivesse sido o acidente a Polícia estaria até hoje a investigar. Esta nunca se movimenta para resolver os crimes macabros, são vários os exemplos de activistas sociais agredidos e mortos, mas desconhece-se os respectivos mentores. Em relação aos Direitos Humanos, Quitéria Guirengane acusou o Presidente da República de liderar e autorizar uma série de ataques contra cidadãos, activistas, líderes religiosos e jornalistas. Por outro lado, Dércio Alfazema disse que enquanto estivermos em situações de conflitos e ataques terroristas será difícil termos a situação controlada. Preocupam situações de políticos que são raptados e depois os corpos são encontrados sem vida. O caso mais recente foi do ex-deputado e delegado político da Renamo na província de Manica, Sofrimento Matequenha.

Desempenho do Parlamento

Em relação à Assembleia da República, onde a Frelimo tem maioria qualificada, Edson Cortez disse que mais uma vez o partido defendeu os seus interesses. A Frelimo nunca defende os interesses do povo, mas sim dos seus membros mais importantes. A título de exemplo foi na eleição dos membros da Comissão Nacional de Eleições (CNE), em que o CIP intentou uma impugnação do processo junto da Procuradoria-Geral da República contestando a forma de eleição dos membros da Sociedade Civil. “A maneira como é feita esta eleição é somente para legitimar os interesses da Frelimo, apesar de existir alguns membros de congregações religiosas, os quais se esperava alguma lisura. Mas o que acontece nos processos eleitorais é uma autêntica comédia protagonizada por estes senhores religiosos”, considerou. Na opinião de Quitéria Guirengane, o desempenho do Parlamento foi uma catástrofe, sobretudo na questão que tem a ver com a eleição dos vogais da CNE. Este foi um processo bastante controverso. Para Alfazema, houve questões problemáticas como a eleição dos membros da Comissão de Ética Pública e dos

membros da CNE, onde houve pouco consenso, mas o facto é que estes dossiers foram encerrados e a Sociedade **Civil deixou registados os seus receios.**

Magazine independente, 19.01.2021, pág. 05, Ed. nº 707, Neuton Langa